

CORREIO JURÍDICO

Joédson Alves/Agência Brasil



Canal on-line oferece orientações personalizadas às vítimas

TJSP lança Carta de Mulheres para vítimas de violência

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) lançou o projeto "Carta de Mulheres", canal on-line de orientação para mulheres em situação de violência doméstica ou que considerem se afastar do agressor. Por meio de formulário digital, vítimas enviam informações que são analisadas pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), que responde com orientações personalizadas. As respostas indicam serviços como delegacias, casas de acolhimento, Defensoria Pública, Ministério Público e programas de apoio, conforme o tipo de violência relatada, física, psicológica ou patrimonial. O TJSP afirma que o sigilo é garantido e não há encaminhamento automático dos relatos, sendo necessário que a vítima procure os serviços indicados.

Evento sobre Propriedade Industrial

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promove no dia 28 o evento online e gratuito "30 anos da Lei de Propriedade Industrial e os desafios da era digital", organizado pela Comissão de Propriedade Intelectual. O encontro reúne especialistas para discutir os impactos da Lei 9.279/96 diante das mudanças tecnológicas, com debates sobre inovação, marcas, patentes, concorrência e o uso de inteligência artificial no ambiente digital.

Seeduc/RJ



Valores deverão ser aplicados na melhoria da rede pública

Precatórios do antigo Fundef

O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a liberação de cerca de R\$ 3,7 bilhões em precatórios do antigo Fundef para estados brasileiros. Os valores decorrem de ações em que a Corte reconheceu que a União repassou quantias abaixo do mínimo por aluno durante a vigência do fundo, por erro de cálculo. A decisão, assinada pelo ministro Edson Fachin, permite que estados tenham acesso aos recursos já depositados em juízo. Os valores deverão ser aplicados na educação, com prioridade para a valorização de professores e melhoria da rede pública de ensino.

Assentamento Campo Alegre no RJ

Após recomendação do Ministério Público Federal (MPF), o Instituto de Terras e Cartografia do RJ reconheceu formalmente o Assentamento Campo Alegre. A medida encerra uma espera de cerca de 40 anos e garante acesso dos agricultores a políticas de reforma agrária e crédito rural. O reconhecimento envolve mais de 300 parcelas e 340 famílias na região de Nova Iguaçu e Queimados.

POR
ANDRE SOUZA

Crime de estupro I

Em decisão da Vara da Infância e Juventude do Rio, um adolescente foi internado por participação em um estupro coletivo ocorrido em Copacabana. O caso, julgado em 2026, envolve agressões contra uma jovem de 17 anos. A Justiça apontou planejamento do ato e violência empregada.

Crime de estupro II

O processo também destacou o depoimento da vítima como consistente e respaldado por laudos periciais. Visando ao bem-estar da jovem, o Judiciário adotou uma medida para evitar que ela sofresse o trauma de repetir sua história diversas vezes em juízo. Outros quatro adultos são investigados pela participação no crime.

Bets ilegais I

O Ministério da Justiça e Segurança Pública notificou Google e Apple para prestarem esclarecimentos sobre a presença de aplicativos de apostas ilegais em suas lojas digitais. A pasta identificou plataformas sem autorização do governo e pediu informações sobre os mecanismos de controle e verificação adotados pelas empresas.

Bets ilegais II

Segundo o MJSP, os aplicativos de "bets" foram encontrados com facilidade nas lojas virtuais e podem ser acessados sem controle adequado de idade. As empresas terão de detalhar políticas de segurança, triagem de apps e checagem de regularidade junto à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Mineração em MG I

DPU, MPF e DPE obtiveram decisões que garantem a consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais geraizeiras do norte de Minas antes do avanço do Projeto Bloco 8, de exploração de mineração. A Justiça reconheceu que o direito de participação deve ocorrer antes de qualquer licença ambiental ser concedida.

Mineração em MG II

O projeto afeta 73 comunidades tradicionais e cerca de 2.230 famílias na região do Vale das Cancelas, nos municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho (MG). As decisões reforçam que essas populações devem ser ouvidas em todas as etapas do licenciamento, conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.



Norma garante adicional de 30% sobre o salário-base

TST decide sobre periculosidade a motociclistas

Entendimento reforça aplicação direta como prevê CLT

Andre Souza

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que o adicional de periculosidade para motociclistas pode ser aplicado sem necessidade de regulamentação específica complementar. O entendimento é de que o direito já está previsto no artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluído pela Lei nº 12.997/2014.

A norma garante adicional de 30% sobre o salário-base para trabalhadores que utilizam motocicleta em suas atividades. A discussão analisada pelo tribunal era se seria necessário um ato do Ministério do Trabalho para regulamentar a aplicação desse direito.

Segundo o TST, a previsão legal é suficiente para permitir o pagamento do adicional, sem exigência de regulamentação complementar. Assim, quando o uso da motocicleta é comprovado no trabalho, o direito pode ser reconhecido com base direta na lei.

O entendimento atinge trabalhadores como motoboys, entregadores, técnicos e outros profissionais que utilizam motocicleta de forma habitual para o exercício das funções. Em muitos casos, esses trabalhadores atuam em atividades externas e com deslocamentos frequentes em vias públicas.

O artigo 193 da CLT foi alterado pela Lei nº 12.997/2014 para incluir a atividade de motociclista entre as consideradas perigosas. A partir dessa alteração, o adicional

passou a estar previsto de forma expressa na legislação trabalhista.

A controvérsia sobre o tema surgiu porque parte das discussões na Justiça do Trabalho envolvia a necessidade de regulamentação para detalhar condições de aplicação, como critérios técnicos e formas de comprovação do uso da motocicleta. Em decisões recentes, o TST tem se posicionado no sentido de que essa regulamentação não é requisito para o reconhecimento do direito.

Com o crescimento de serviços de entrega e logística realizados por motocicleta, o tema tem aparecido com mais frequência em processos trabalhistas. Em várias ações, trabalhadores pedem o pagamento do adicional quando a empresa não realiza. O uso de motocicletas em atividades profissionais também ampliou a quantidade de disputas judiciais sobre o enquadramento como atividade perigosa. Em alguns casos, a análise depende de prova de que o veículo era instrumento habitual de trabalho. A decisão do TST tende a orientar julgamentos em instâncias inferiores da Justiça do Trabalho, ao consolidar o entendimento de que a previsão legal é suficiente para aplicação do adicional. O adicional de periculosidade tem impacto direto na remuneração dos trabalhadores e corresponde a um acréscimo de 30% sobre o salário-base, além de integrar cálculos de outras verbas trabalhistas, como férias, 13º salário e FGTS.